



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciência da Saúde
Departamento de Nutrição

RENDA MÉDIA E PODER DE COMPRA DO ALIMENTOS BÁSICOS EM DIFERENTES REGIÕES DO DF

Brasília -DF

2018

Universidade de Brasília
Faculdade de Ciência da Saúde
Departamento de Nutrição

JULIANA DE PÁDUA SIQUEIRA DE SOUZA

Trabalho de curso submetido ao Departamento de
Nutrição, da Universidade de Brasília, como parte
dos requisitos necessários para a conclusão do
curso de Bacharelado em Nutrição.

Orientadora: Profa: Regina Coeli de Carvalho Alves.

Brasília- DF

2018

RENDA MÉDIA E PODER DE COMPRA DO ALIMENTOS BÁSICOS EM DIFERENTES REGIÕES DO DF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de
nutricionista, na Universidade de Brasília.

Aprovado em 07/12/2018



Profa. Regina Coeli de Carvalho Alves
Universidade de Brasília
Orientadora

LISTA DE QUADROS

Pag.

Quadro 1.	11
Quadro 2.....	12
Quadro 3	13

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1.....	14
---------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	14
-----------------	----

SUMÁRIO

	Página
1.INTRODUÇÃO.....	06
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	07
1.2 POBREZA.....	08
1.3 CESTA BÁSICA	08
1.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	09
1.5 RENDA MÉDIA	09
2. OBJETIVO.....	10
3. METODOLOGIA.....	10
4 RESULTADOS.....	11
5 DISCUSSÃO.....	15
6 CONCLUSÃO.....	17
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
8 REFERÊNCIAS	18

1. INTRODUÇÃO

O período de 1937-1945, foi marcado por expressivas transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil, nesse mesmo período verificou-se a descoberta científica da fome. Em 1932, Josué de Castro, ao realizou um estudo sobre as condições de vida de famílias operárias do Recife, observou que o consumo alimentar, custava cerca de 71,6% do valor do salário, era carente em vitaminas e sais minerais fato que causava alta mortalidade e baixa expectativa de vida. Resultados deste estudo foram divulgados em escala nacional gerando a realização de estudos similares, e inclusive serviu de base para o estudo que regulamentava a lei do salário mínimo (VASCONCELLOS, 2014)

A Constituição Federal de 1988 no capítulo 2 artigo 6º assegura que são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

A Lei 8080/90 que institui o Sistema Único de Saúde (SUS) dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. A alimentação corresponde às ações de promoção e proteção à saúde, dito isso ela faz parte das ações abrangidas pelas políticas públicas do SUS.

O programa Bolsa Família foi criado em 2003 como resultado de uma unificação de programas de transferência de renda na sua concepção e se situa no âmbito da prioridade de combate à fome e à pobreza definida pelo governo. Esse programa representou uma nova abordagem da fome no Brasil, o que permitiu que a Assistência Social deixasse de ser considerada um favor e passasse a ser considerada uma política de direito, fazendo com que todos fossem considerados cidadãos brasileiros. Os recursos da transferência de renda (TRC) destinam-se às famílias que vivem em contextos adversos e cuja condição nutricional é impactada por múltiplos fatores, tais como as dificuldades de acesso e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequados. Visando diminuir a incidência de doenças como anemia, hipovitaminose A, desnutrição e obesidade atingem de forma crescente estes segmentos, inclusive coexistindo num mesmo contexto familiar (SILVA 2007).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que foi aprovada no ano de 1999, por meio de um conjunto de políticas públicas, busca respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação através do Estado Brasileiro. A Segurança Alimentar e Nutricional SAN é considerada um direito humano. A abordagem do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) considera que não basta garantir a SAN, se os processos pelos quais as ações são implementadas pautam-se em relação de vendedor cliente ou troca de favores. A abordagem precisa ter várias vertentes quanto a sua concepção, pois podem afetar tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos que determinam as capacidades humanas para viver e se alimentar de forma adequada (BURLANDY, 2007).

Estudos como Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), entre 1961 e 1963; Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), de 1974 e 1975; Consumo Alimentar-Familiar e Renda, e POF , de 1987 e POF 1988, levantam de dados populacionais podem ser determinar os principais componentes da dieta praticada pela média das famílias em um certo tempo, lugar e circunstância; é importante verificar que as escolhas de consumo dos indivíduos são embasadas na racionalidade econômica de se buscar a maximização do bem-estar, diante da renda disponível e dos preços vigentes (BARRETO, 1997).

Pesquisas recentes relatam que se tem verificado o fato de que na família o alimento compete com outras necessidades básicas. Quando se estuda apenas a renda, não se atenta para a circunstância de que as pessoas podem optar primeiro por pagar o aluguel, a luz ou o transporte e só depois comprar o alimento. Condições de risco nutricional estão estreitamente associadas à quantidade de pessoas residindo no mesmo domicílio, bem como a existência de muitos filhos em famílias de baixa renda, foram ressaltados por instituições internacionais como a United Nations for Developing People e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação como condições estreitamente associadas ao risco nutricional, especialmente nos países subdesenvolvidos. O número de pessoas residindo em uma mesma casa influencia diretamente na qualidade da alimentação (CORRÊA, 2007 e CARVALHO, et al.2009)

1.1 POLITICAS PÚBLICAS

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999, é o resultado de esforços conjuntos do Estado brasileiro, que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação. E buscam constantemente, por meio de ações específicas, uma melhor nutrição e saúde da população brasileira, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição e desafios a serem enfrentados no campo da alimentação e nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS).

1.2 POBREZA

Pobreza é um fenômeno complexo, multifatorial podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Uma das definições mais relevantes é que depende basicamente do padrão de vida e da forma como as necessidades básicas são atendidas em determinado contexto socioeconômico. (ROCHA, 2003)

1.3 CESTA BÁSICA

Em 1938 foi aprovado o Decreto Lei nº 399, que regulamenta o direito ao salário mínimo para os trabalhadores brasileiros. Por lei, esse salário deveria ser suficiente para a aquisição de uma lista de alimentos, designada de Ração Essencial Mínima. Esses alimentos deveriam ser suficientes para o consumo alimentar de uma família de quatro pessoas durante um mês. Mesmo com o passar do tempo essa lista de alimentos ainda é utilizada como modelo para basear pesquisas referentes aos custos que os itens alimentares têm no orçamento mensal das famílias. Essas pesquisas são de suma importância, pois o custo da cesta básica acaba por influenciar a população nas escolhas dos itens que serão consumidos durante a semana. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF) demonstraram que os itens da Cesta Básica Nacional têm grande relevância na alimentação rotineira da população brasileira (PASSOS, et al. 2014).

1.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida como direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O Brasil passa por um processo de transição nutricional que se manifesta por meio de dois graves problemas de saúde pública: a desnutrição e a obesidade. Pesquisas recentes detectaram no Brasil 18,7% dos domicílios com insegurança alimentar leve; 6,5% com insegurança alimentar moderada; e 5,0% com insegurança alimentar grave. (BRASIL. 2012)

1.5 RENDA MÉDIA

Dados do IBGE em 2017 mostram a renda média do brasileiro em torno de R\$ 2.154,00 reais. De acordo com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos DIEESE -DF, o valor médio de uma cesta básica corresponde a quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos (R\$ 452,76), ou seja 21% da renda média, esse valor é aparentemente baixo, porém os gastos com alimentação não se resumem apenas ao gasto com uma cesta básica.

2. OBJETIVO :

Demonstrar a diferença no poder de compra e diferença de preços da cesta básica em diferentes regiões do Distrito Federal.

3. METODOLOGIA

Estudo qualitativo. Para a elaboração do estudo acompanhou-se o preço de quinze mercados escolhidos aleatoriamente do Distrito Federal, localizado em 3 regiões administrativas escolhidas (Guará, Lago Sul e São Sebastião). O dia escolhido para a coleta foi dia útil e alimentos que estavam em promoção não foram compilados, uma vez que não retratam uma realidade diária.. Os alimentos escolhidos foram: arroz branco, feijão carioca, sal, flocão, farinha de trigo, polvilho doce, açúcar cristal, óleo de soja, macarrão, tempero pronto, molho de tomate. A coleta de dados foi elaborada através de planilhas no Word e Excel. Os dados foram coletados por apenas uma pessoa e foram repassados ao mesmo tempo para as plataformas digitais. Alguns alimentos foram submetidos ao código de barras para confirmação dos preços.

Os resultados foram repassados para planilhas onde foram feitas as médias aritméticas dos alimentos de cada mercado, em seguida, fez-se uma nova média aritmética de todos os mercados da região para se chegar no valor final e construção de um gráfico .

4. RESULTADOS

Os produtos observados foram: Arroz, Sal, Feijão, Açúcar, Macarrão, Molho de Tomate, Tempero, óleo, Polvilho Doce, Farinha de trigo, Flocão de milho. De acordo com o Guia Alimentar Para a População Brasileira, arroz e feijão correspondem a quase um quarto da alimentação, ainda de acordo com o Guia um quinto da população brasileira ainda baseia sua alimentação largamente em alimentos *in natura* ou minimamente processados (POF 2008-2009).

O Decreto- Lei nº 399 de 30 de abril de 1938 determinou que a cesta de alimentos fosse composta por 13 produtos alimentícios em quantidades suficientes para garantir, durante um mês, o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta.

A seguir, serão apresentados os quadros com as médias de preços dos alimentos pesquisados.

REGIÃO 1

Quadro 1: Média de preços de cinco mercados , Guará - DF, 2017

Produto	Quantidade	Média dos preços (R\$)
Arroz	5,0 Kg	14,74
Feijão	1,0 Kg	3,39
Sal	1,0Kg	2,82
Flocão	1,0 Kg	2,30
Farinha de Trigo	1,0 Kg	3,45
Polvilho	1,0 Kg	8,09
Açúcar	5,0 Kg	9,13

Óleo	1,0 L	3,33
Macarrão	0,5 Kg	4,48
Tempero pronto	1,0 Kg	10,92
Molho de tomate	300 ml	2,59

*Pesquisa de campo- 2017

REGIÃO 2

Quadro 2: Média de preços de cinco mercados , Lago Sul - DF, 2017

Produto	Quantidade	Média dos preços (R\$)
Arroz	5,0 Kg	16,16
Feijão	1,0 Kg	3,88
Sal	1,0Kg	3,40
Flocão	1,0 Kg	3,51
Farinha de Trigo	1,0 Kg	4,05
Polvilho	1,0 Kg	9,14
Açúcar	5,0 Kg	11,63
Óleo	1,0 L	3,38
Macarrão	0,5 Kg	4,49
Tempero pronto	1,0 Kg	13,89
Molho de tomate	300 ml	2,73

*Pesquisa de campo- 2017

REGIÃO 3

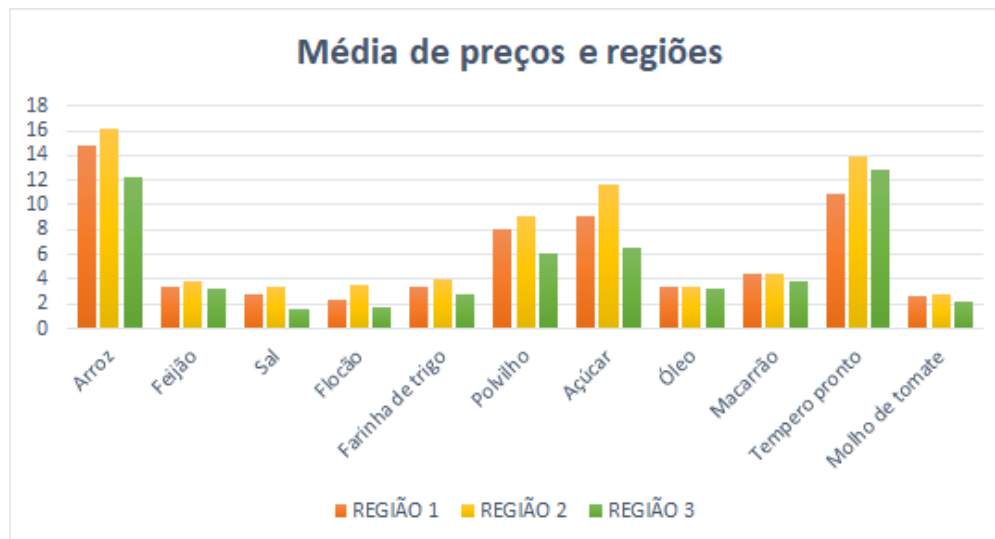
Quadro 3: Média de preços de cinco mercados , São Sebastião - DF, 2017

Produto	Quantidade	Média dos preços (R\$)
Arroz	5,0 Kg	12,30
Feijão	1,0 Kg	3,25
Sal	1,0Kg	1,55
Flocão	1,0 Kg	1,67
Farinha de Trigo	1,0 Kg	2,78
Polvilho	1,0 Kg	6,14
Açúcar	5,0 Kg	6,57
Óleo	1,0 L	3,16
Macarrão	0,5 Kg	3,84
Tempero pronto	1,0 Kg	12,91
Molho de tomate	300 ml	2,16

*Pesquisa de campo- 2017

A seguir o gráfico 01 traz as informações compiladas de forma que fique mais visível as diferenças de preços nas determinadas regiões.

GRÁFICO 01: Comparação da média de preços das regiões- DF, 2017



*Região 1: Guará; Região 2: Lago Sul; Região 3: São Sebastião

A tabela 1 tem como objetivo de demonstrar a porcentagem de renda mensal que é destinada à compra dos itens da cesta básica.

Tabela 1: Porcentagem de renda mensal destinada à compra de cesta básica por regiões - DF, 2007.

Região	Renda mensal média*	Renda per capita média*	Porcentagem do preço da cesta na renda mensal **
1 -Guará	7.311,76	2.683,23	6,17 %
2- Lago Sul	23.591,00	8.117,53	1,91%
3- São Sebastião	3.264,00	985,18	13%

*Dados de renda do DIEESE

** Preço médio da cesta básica DIEESE

5. DISCUSSÃO

É possível observar que a região 3, São Sebastião, apresentou as menores médias de preços em praticamente todos os preços, igualando-se, apenas com o óleo das demais regiões. Segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal- CODEPLAN (2016), a região 3 é considerada de média baixa renda, com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos, com nível de escolaridade em ensino fundamental incompleto (38% da população).

Estudos mais recentes identificaram, no Brasil, associação inversa entre escolaridade e obesidade entre as mulheres, entre os homens. Observa-se tendência à associação direta entre renda e prevalência de obesidade. A importância da obesidade tem sido ressaltada na determinação de várias doenças não transmissíveis e também na qualidade de vida da população (FONSECA et, al. 2006). A relação com a escolaridade é imprescindível para o entendimento dos comportamentos adotados pelos consumidores.

A POF 2008-2009 obteve como resultados de que despesas de consumo alimentar correspondem ao mais importante componente da estrutura de despesas das famílias. A estimativa da participação das despesas de consumo alimentar na despesa total, foi de 81,3% para o Brasil, com média mensal de R\$ 2.134,77. O valor médio das despesas de consumo realizadas pelas famílias residentes em situação rural (R\$ 1220,14) correspondeu a 57,2% da média nacional desse tipo de despesa e a 53% do gasto médio das famílias em situação urbana (R\$ 2 303,56) (BRASIL, POF 2009).

Estudos como Pesquisa de Orçamentos Familiares POF, entre 1961 e 1963; Estudo Nacional de Despesa Familiar ENDEF, de 1974 e 1975; Consumo Alimentar-Familiar e Renda, e POF , de 1987 e 1988 levantados de dados populacionais podem ser determinar os principais componentes da dieta praticada pela média das famílias em um certo tempo, lugar e circunstância; é importante verificar que as escolhas de consumo dos indivíduos são embasadas na racionalidade econômica

de se buscar a maximização do bem-estar, diante da renda disponível e dos preços vigentes. Aliado ao decreto lei nº 399 de 1938, o governo e grandes empresários têm uma base para calcularem os salários pagos aos seus servidores e funcionários. Essas medidas contribuem para uma diminuição da desigualdade social e promovem uma alimentação mais equilibrada e saudável (BARRETO, 1997 e PASSOS, 2014).

Pelo Decreto lei nº 399 de 30 de abril de 1938 a idealização da cesta básica é composta por: 6 kg de carne; 4,5 kg de feijão; 3 kg de arroz; 7,5 l de leite; 1,5 kg de farinha de trigo; 6 kg de batata; 9 kg de tomate; 6 kg de pão; 600 g de café; 3 kg de açúcar; 750 g de óleo; 750 g de manteiga e 7,5 dúzias de banana. A compra de uma cesta básica é insuficiente e praticamente inacessível a uma considerável parcela dos trabalhadores brasileiros. Por esse motivo, as afirmações que apontam hábitos alimentares incorretos, inexistência de padrões alimentares, descaso na alimentação das crianças como as causas da desnutrição no Brasil, carecem de revisão. Em outras palavras, a desnutrição é produzida por um quadro de exclusão social que inviabiliza o acesso de uma considerável parcela da população à alimentação adequada. (SAWAYA, 2006)

De acordo com o DIEESE o preço da cesta básica em 2018 em Brasília é em média, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos (450,76) , o que equivale a 47% do salário mínimo estipulado por lei novecentos e cinquenta e quatro reais (R\$954,00). Ainda de acordo com o DIEESE, Brasília tem a sexta cesta básica mais cara do país, perdendo para estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis e Vitória. O trabalhador brasileiro precisa trabalhar noventa e duas horas e quarenta e sete minutos para receber essa renda, o que representa uma jornada de mais de 20 horas por semana.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018 expõem que o morador do DF recebe um salário médio de R\$ 2 mil, por mês, o dobro da média nacional, que é de R\$ 1 mil. Ainda de acordo com o IBGE 46,7% da população do DF está empregada.

Muitas políticas públicas visam promover a saúde através da alimentação saudável. Estudos recentes demonstram que uma boa alimentação é importante para prevenção de doenças crônicas, fator de proteção para outras condições patológicas, dessa forma, é de interesse público que a população tenha uma alimentação equilibrada, respeitando suas escolhas e cultura gere benefícios para a população em geral, para que isso ocorra, estudos nas áreas de necessidade energética e

nutricional, pesquisa de preços , estudo da sazonalidade dos alimentos e da regionalização geram informações para essas políticas públicas.

6. CONCLUSÃO

A região de São Sebastião apresentou preços médios abaixo das outras regiões. Alguns fatores que explicam a menor média de preços na Região 3- São Sebastião por exemplo: marcas não conhecidas, região com menores salários e menor IDH, entre outros. Essa média menor não corresponde a um maior consumo, o poder de compra dessa população também é menor, visto que sua renda mensal é a menor das três regiões observadas. Os valores apresentaram diferenças pequenas como no caso do macarrão, porém uma variação muito maior no arroz e açúcar por exemplo (média do arroz no Guará foi de R\$14,74, enquanto em São Sebastião foi de R\$12,30).

Com isso, tem-se uma população que consome marcas desconhecidas, muitas vezes com o preço médio abaixo do mercado, mas que contam , muitas vezes, com um número maior de aditivos e ainda com rótulos pouco claros em relação à informações importantes, como lista de ingrediente e alérgenos.

A diferença de renda observada entre as regiões, também sugere que o consumo em São Sebastião seja menor, por isso a importância de ações de monitorização de vendas nas regiões com menor renda, com o objetivo de promover ações que possam facilitar o acesso à obtenção dessas mercadorias.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são úteis para que empresas tenham uma base na hora de calcular o salário base e decidirem o meio de alimentação, seguindo recomendações do PAT. Com o histórico do Brasil, a necessidade de se cuidar da saúde do trabalhador é uma questão de saúde pública, uma vez que uma boa alimentação e acompanhamento durante a vida representam uma menor demanda para o SUS, referentes a doenças crônicas não transmissíveis. Ao mesmo tempo, a educação nutricional da população faz com que a mesma tenha uma maior autonomia para a escolha dos produtos que irá adquirir.

Ao profissional da Nutrição cabe educar a população para escolher os alimentos que pretende consumir, não somente pelo preço, mas também pela qualidade de seus ingredientes. Também é de suma importância que o profissional da Nutrição, estude a região na qual irá atuar, com o objetivo de passar orientações que sejam reais para o paciente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, SÉRGIO A. J. , CYEILLO, DENISE C. e COZZOLINO, Sílvia M. F.- Análise nutricional e complementação alimentar de cesta básica derivada do consumo, 1997.

BURLANDY, LUCIENE. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional, 2007

CARVALHO, LUCIANA GONÇALVES; SALDIVA, SILVIA REGINA DIAS MEDICI Tereza ROSA, TEREZA ETSUKI DA COSTA; LEI, DORIS LUCIA- Evolução do estado nutricional de crianças submetidas a um programa de suplementação alimentar em município do Estado de São Paulo, 2008.

CORRÊA, ANA MARIA SEGALL. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas, 2007.

BRASIL. Decreto Lei nº 399, de 30 de outubro de 1938. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 30 out. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em 19 nov, 2018

BRASIL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal- CODEPLAN- Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios PDAD- 2016. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Sudoeste-Octogonal-1.pdf>>. Acesso em 19 nov, 2018

BRASIL. Federação das Indústrias de São Paulo FIESP - A mesa dos Brasileiros 2017. Disponível em: <<http://hotsite.fiesp.com.br/amesadosbrasil/amesadosbrasil.pdf>>

BRASIL. Senado Federal. Núcleo de Estudos e Pesquisas. Consultoria Legislativa. 2012

Disponível em: <
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242662/Boletim2012.14.pdf?sequence=2> >

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Disponível em : <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>> Acesso em 19 nov, 2018

FONSECA, Maria de Jesus Mendes ; **FAERSTEIN,** Eduardo; **Chor DORA;** **LOPES** Claudia S.; **ANDREOZZIL** Valeska Lima. Associações entre escolaridade, renda e Índice de Massa Corporal em funcionários de uma universidade no Rio de Janeiro, Brasil: Estudo Pró-Saúde, 2006.

PASSOS, KELLY ESTARLA; **BERNARDI,** JULIANA RAMBALDI; **MENDES,** KARINE GIANE- Análise da composição nutricional da Cesta Básica Brasileira. 2014.

ROCHA, S. POBREZA NO BRASIL, AFINAL DO QUE SE TRATA. 1º ed. Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, MARIA OZANIRA DA SILVA . O bolsa família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Ciência e saúde coletiva. Brasil, v. 12, n. 6, p.1429-1439. dez. 2007.

VASCONCELOS, FRANCISCO DE ASSIS GUEDES, Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula, 2014.

SAWAYA, SANDRA MARIA, Desnutrição e baixo rendimento escolar: contribuições críticas, 2006.